

SINOPSE DE REUNIÃO

“Reunião da Câmara Técnica de Restauração Florestal, Ambiental e Desenvolvimento Sustentável”	
Documento convocatório: Ofício CBHLSJ n.º 155/2022 de 02 de agosto de 2022	
Data: 11/08/2022 Hora: 10h	Local: Videoconferência (plataforma <i>JitsiMeet</i>)
Lista de Presença: Membros: Murilo Balbino (Prefeitura Municipal de Rio Bonito); Stephani Brunetti (PROLAGOS); Caroline Fernandes (Concessionária Águas de Juturnaíba); Ricardo Guadagnin (FIRJAN). Convidados: Lídia Aguiar (FIRJAN); Marlon Sousa (FUNTEC); Andreia Lopes (FIRJAN); Valéria Sousa (P.M.A.C.); Antônio Carlos (Jardim Botânico do Rio de Janeiro); Denise Morand (Conselho Municipal de Meio Ambiente de Armação dos Búzios); Leonardo Nascimento (CILSJ); Jéssica Berbat (CILSJ); Manuella Souto (CILSJ).	
Pauta: <ol style="list-style-type: none">Projeto de plantio nas APPs do Rio Bacaxá, medida compensatória da Arteris/Autopista Fluminense;Apresentação do Sr. Marlon, da Fundação Municipal de Meio Ambiente de Arraial do Cabo, sobre casuarinas;Apresentações da Gerência de Sustentabilidade da Firjan, sobre:<ol style="list-style-type: none">Projeto de Lei Silvicultura + Distritos Florestais;Plano ABC – Agricultura de Baixo Carbono; ePSA – Pagamento por Serviços Ambientais.Assuntos Gerais.	
Resumo: O Sr. Murilo Balbino, coordenador da Câmara Técnica, deu início a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, abordou o primeiro ponto de pauta, referente ao projeto de plantio nas APPs do Rio Bacaxá, medida compensatória da Arteris/Autopista Fluminense, informando que, devido ao período de férias do responsável pelo projeto, a Arteris não teve disponibilidade para realizar a apresentação. Desta forma, situou que o projeto se trata do plantio de mudas nas APPs dos Rios Aldeia, Velha Maratuã, São João e Bacaxá, fruto de um Termo de Compensação Ambiental com o ICMBio. Todavia, encontraram dificuldade no contato com os proprietários da região de interesse. Informou que foi realizada uma reunião para preparar um plano de ação, proferiu se faz necessária uma contextualização com os proprietários, para destacar a importância da ação para preservação e proteção da área. Comunicou que o INEA se disponibilizou para ajudar na identificação de proprietários, e que a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Silva Jardim iniciou alguns diálogos. Solicitou, então, que aqueles que tivessem interesse em apoiar a ação, entrassem em contato com ele, com o Consórcio ou diretamente com a Autopista Fluminense. Relatou, por fim, que o projeto não	

poderia ser remanejado para outras áreas, devido a dificuldade de reconhecimento de algumas propriedades. Após, avançou-se para o segundo item de pauta, que tratava da apresentação do Sr. Marlon Sousa, da Fundação Municipal de Meio Ambiente de Arraial do Cabo, sobre casuarinas. O Sr. Marlon deu início a apresentação informando que a FUNTEC passou por uma reestruturação. Sendo assim, ela hoje tem um papel de fomento e coordenação de projetos, aprimorando tecnologias dos mais variados setores da sociedade e buscando o desenvolvimento local e regional, numa ação contínua e articulada. Proferiu que no município de Arraial do Cabo a FUNTEC foi o primeiro órgão ambiental, e que no início tinha uma função de secretaria. Situou que através de um estudo foi gerado um macro mapa contendo as Unidades de Conservação que necessitam de trabalhos de recuperação, restauração e/ou combate a espécies invasoras, como a situação das casuarinas, espécie exótica na região. Mostrou, então, locais na restinga do município de Arraial do Cabo, em que se observa uma alta concentração de casuarina, sendo eles: área com remanescente de duna interligando PECS ao outro lado do canal, área em torno da Lagoa Azul, área da Ilha do Farol, Morro do Miranda e na área identificada como Parque da Fábrica. Pontuou que além das casuarinas, existem outras espécies “fora de controle” na região. Por fim, se colocou a disposição para dirimir quaisquer dúvidas. O Sr. Murilo Balbino questionou qual seria o objetivo do processo e se havia algum plano de ação para a resolução dessas problemáticas. O Sr. Marlon Sousa esclareceu que não possuía um projeto, mas sim destacando a necessidade de realizar um esforço em conjunto em busca de uma solução para essas áreas. A Sra. Adriana Saad proferiu que a proposta de restauração da Restinga de Massambaba foi pensada há mais de 5 anos pelo Consórcio Ambiental Lagos São João, cujos órgãos como Inea, Fundação de Meio Ambiente de Arraial do Cabo, universidades, ONGs, Instituto RIA, Jardim Botânico, entre outros, que vem se “debruçando” em estudos para frear a invasão “devastadora” que vem acabando com a Restinga da Massambaba. A Câmara Técnica demonstrou-se favorável ao projeto, considerando sua relevância ambiental para a região. O Sr. Murilo Balbino comentou que, como coordenador da instância, tem como objetivo entender as demandas para que se possa dar o melhor seguimento possível. Levantou que uma das questões a serem sanadas é se envolveria a aplicação de recursos dessa instância, para que se analisasse a necessidade de verificar a viabilidade para submissão de novo projeto. Destacou a importância ecológica da retirada dessas casuarinas para a região. Assim, solicitou que, posteriormente, fossem dadas maiores informações sobre o projeto, para viabilização do apoio necessário. A Sra. Adriana Saad ressaltou que o CILSJ daria os devidos prosseguimentos, encaminhando ao CBHLSJ, ao Inea e demais parceiros (UFRJ, JB, FMAAC, Instituto RIA) a aprovação da CT Reflorestamento/CBHLSJ, verificando a competência de cada um e disponibilidade financeira para implementação do projeto. Prosseguiu-se para o terceiro item de pauta, referente a apresentação da gerência de sustentabilidade da Firjan. A Sra. Andrea Lopes deu início a apresentação, contextualizando que a Firjan representa as indústrias do estado do Rio de Janeiro e que conta com cento e um sindicatos patronais e mais de seis mil e quinhentas empresas no encadeamento produtivo. Informou que a Firjan é signatária do pacto global, que se trata de um movimento da ONU que visa a implementação da agenda 2030, para que se consiga atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável, e incentiva que as empresas associadas internalizem essas metas nas suas estratégias. Destacou algumas delas: a fome zero e agricultura sustentável, água potável e saneamento, energia limpa e acessível, ação de mudanças climáticas e a vida terrestre. Logo após, apresentou o plano ABC, que se baseia no Plano Estadual de Mitigação e Adaptações de Mudanças Climáticas, voltadas para agricultura sustentável do estado do Rio de Janeiro, com os objetivos de ampliar a adoção das tecnologias de produção sustentáveis, reduzir as emissões de gases de efeito estufa, contribuir com a segurança alimentar e aumentar a resiliência aos efeitos das mudanças climáticas. Informou que as metas estabelecidas no Plano ABC, de forma geral, totalizaram no período de 2018 a 2030 a

redução de 1,8 milhões de toneladas de CO₂eq, através da recuperação de matas degradadas e integração de lavouras – pecuária – floresta. Para isso, foram necessárias capacitações técnicas e financeiras do SENAR, Embrapa e Banco do Brasil. Expos a demanda de melhoria da base florestal no ERJ. Após, explanou que a situação do Rio de Janeiro, embora tenha um alto potencial para o desenvolvimento da silvicultura econômica, não desenvolve essa atividade. Com o não cumprimento dessa ação, a meta do plano ABC não se cumpriria. Explanou que já se tem incentivado para que isso aconteça através dos distritos florestas criados por um decreto instaurado em 2016, que estabelece as cinco áreas com potencial para o desenvolvimento. Entretanto, devido ao marco regulatório não propiciar esse trabalho, foi procurado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Meio Ambiente a fim de ser tramitada na ALERJ a alteração desse marco, chamado “PL Desenvolvimento Sustentável”, que se trata de uma proposta de simplificação do licenciamento ambiental, principalmente nos distritos florestais. O Sr. Murilo Balbino questionou sobre a formação do escopo de projeto, pois houve um projeto nomeado “floresta do amanhã” que deslizou justamente pela forma que foi alinhado. A Sra. Andrea Lopes corroborou que é uma meta difícil de ser alcançada, mesmo que não seja ambiciosa. A Sra. Valéria Sousa questionou via *chat*, que considerando que o foco de Espírito Santo é o plantio de eucalipto, se essa seria a proposta. A Sra. Andrea Lopes elucidou que a proposta seria a recuperação da pastagem, com integração lavoura – pecuária – floresta, e que uma das metas é a silvicultura econômica, que poderia ser, inclusive, através de eucalipto. O Sr. Ricardo Guadagnin proferiu que o objetivo da apresentação da Firjan é para que provoque essa reflexão. Destacou que o Rio de Janeiro tem apenas 1% de área reflorestada, enquanto os outros estão exportando o material. Assim, o Rio de Janeiro importa o produto de outros estados, mesmo com seu grande potencial, que poderia estar gerando emprego e renda para o estado. A Sra. Andrea Lopes complementou que tem uma estimativa do quanto cada hectare pode gerar de empregos diretos e indiretos, destacando a importância de manterem a mente aberta para as oportunidades. Explanou que recentemente houve uma empresa interessada em se instalar no estado, mas que devido aos empecilhos, preferiu investir em outros estados. Retornando para a apresentação, a Sra. Lídia Aguiar contextualizou o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), elucidando que é um instrumento econômico que segue o princípio do protetor-recebedor, ou seja, aqueles que proveem serviços ambientais são recompensados pela proteção da natureza e pelo uso sustentável dos recursos naturais. Elucidou que a retribuição pode ser realizada de diversas formas: monetária, não monetária, indireta ou direta. Citou as modalidades de serviços ambientais passíveis de pagamento, sendo eles: conservação e recuperação da qualidade e disponibilidade das águas, conservação e recuperação da biodiversidade, conservação e recuperação das faixas marginais de proteção e sequestro de carbono. Por fim, a mesma informou sobre o Fórum Florestal Fluminense, que reúne mais de cinquenta instituições públicas, privadas, de ensino, pesquisa e de sociedade civil, em que são realizados debates e proposições de soluções sobre proteção, produção e recuperação florestal e outros assuntos relacionados ao uso do solo no estado do Rio de Janeiro. O Sr. Antônio questionou, sobre o PSA, como a Firjan poderia contribuir com a atividade da remoção da casuarina e restauração diária de restingas que foram contaminadas. A Sra. Lídia Aguiar elucidou que quando se refere ao PSA, no caso de ter algum produtor rural interessado que tenha esse perfil de recebedor dessa proteção, poderia ser feita uma ponte com o órgão ambiental para sua viabilização. O Sr. Antônio explanou que existe um projeto que trata da investigação dos problemas que a casuarina traz, sobre o qual já tem feito interlocuções com a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo. No entanto, não se consegue colocar em ação. Tendo isso em vista, questionou se a Firjan teria como contribuir com o desenvolvimento para busca de recurso para o projeto. A Sra. Lídia Aguiar aclarou que a Firjan faz parte da Câmara de Compensação Ambiental, que utiliza recursos de fundos privados para a mata atlântica e que

vê o projeto que o Sr. Antônio citou, como uma forte ideia para participar dessa compensação. Comentou que tem interesse de conhecer o projeto mais a fundo, para que mapear empresas que poderiam fornecer esse recurso. O Sr. Murilo Balbino contextualizou que quando se refere a Comitê, o PSA é de grande importância para conscientização da proteção dos recursos dos mananciais e recuperar locais que tem produção de água. Pontuou a necessidade de uma visão mais ampla das gestões públicas e do Comitê para as áreas vulneráveis e da construção de políticas que sejam eficientes para esse fim. A Sra. Adriana Saad proferiu que o Consórcio é a entidade delegatária do CBHLSJ e CBHMO, sendo responsável pelo desenvolvimento de projetos. Informou que o CBHMO estava empenhado em iniciar seu projeto de PSA, baseado na legislação, e que o PSA poderia ser implementado pela entidade delegatária. Todavia, destacou que seria preciso uma regulamentação para isto. Esclareceu que com o recurso disponível foi contratada uma empresa para fazer o arcabouço desse projeto e que com o recurso do ano seguinte se iniciaria a implantação na parte de Macaé de cima. Comentou que seria um modelo para o CBHLSJ utilizar para dar início a essa discussão para a RH VI. O Sr. Murilo Balbino corroborou e destacou a importância dessa discussão. O Sr. Ricardo Guadagnin manifestou achar importante o início dessa articulação e da evolução desta ideia. O Sr. Murilo Balbino levantou que a regulamentação para implantação do PSA é muito burocrática, o que trás uma dificuldade para sua implementação. A Sra. Lídia Aguiar compartilhou o *link* do portal do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, o qual o Sr. Murilo Balbino solicitou que a Sra. Jéssica Berbat replicasse no grupo do CT. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Sr. Murilo Balbino agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Registro Fotográfico:



Relator: Manuella Souto, revisado por Jéssica Berbat e Adriana Saad

Elaborado em: 11/10/2022

Aprovado em: 17/08/2023

MURILO BALBINO VALGUEIRO

Coordenador da Câmara Técnica de Restauração Florestal,
Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do CBHLSJ